



Marabuto não permitirá revanchismo contra os mineradores

Marabuto manterá *lobby* da mineração na Funai

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto Domingues, rejeitou, ontem, a proposta de afastar do convívio com os povos indígenas os funcionários vinculados ao lobby da mineração dentro órgão. Marabuto argumentou que seria uma postura revanchista demitir aqueles servidores, contrariando a colocação dos seus assessores de que a medida seria um ato de indigenismo e, mais do que isso, uma satisfação da Funai às nações tribais que já foram

prejudicadas com a entrada de mineradoras em seus territórios.

Entre os funcionários da Funai que facilitaram o ingresso de mineradoras nos territórios indígenas, os indigenistas apontam a antropóloga Lúcia Helena Melo, que prejudicou os interesses dos índios Tupiniquins, no Espírito Santo; a antropóloga Hildegath Castro, cujo parecer favoreceu a redução da reserva Waimiri-Atroari, possibilitando o ingresso da empresa Paranapanema, o que

resultou na morte de 1.500 índios, aproximadamente. Além dessas antropólogas, os indigenistas indicaram ainda o ex-diretor do Departamento do Patrimônio Indígena, seção responsável pelas questões fundiárias na Funai, José Ubirajara Caubelho que, hoje, trabalha no Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários; Gilberto Ferreira da Silva; Aldenor Alves Santan e Otaviano, que serve na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Governo só recuou por pressão

Rio — O decreto que autoriza a pesquisa e a lavra de minerais em reservas indígenas brasileiras teve a sua publicação suspensa devido às intensas reações contrárias ao anúncio de sua entrada em vigor. A afirmação é do ministro do Interior, Mário Andreazza, que ontem, nesta capital, manteve longo encontro

com o presidente Figueiredo para tratar do assunto.

“Os Ministérios do Interior e das Minas e Energia já vinham estudando esse assunto há mais de seis meses”, explicou Andreazza. “Sabíamos que em relação a esse tipo de mineração existiam dois problemas: a utilização do solo que está perfeitamente estabelecida

na Constituição e no Estatuto do Índio. O outro, o do uso do subsolo, que é terra da União e cuja exploração é regida pelo Código de Mineração. Assim, as reservas indígenas ficavam, de uma certa maneira, muito abertas e o estudo visava justamente proteger essas áreas e beneficiar as comunidades indígenas”.

Igreja pede revogação total

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que a decisão governamental do reexaminar o decreto assinado quarta-feira pelo presidente Figueiredo, regulamentando o ingresso de mineradoras em territórios indígenas responde à expectativa dos que se empenham na defesa e promoção da vida das populações tribais. Conforme ele, a notícia de assinatura do decreto não apenas surpreendeu a nação, mas representou um grave perigo à sobrevivência dos povos indígenas.

de cavalheiros tenha sido articulado nos bastidores, para que a transição governamental se fizesse sem muitos escândalos e pressões”.

“Se por um lado o recuo presidencial — prossegue o Cimi — deveu-se à fraqueza do momento político do outro lado não podemos negar que a mobilização das lideranças indígenas tenha sido fundamental. Durante muitos anos o regime de tutela reduziu os grupos nativos a uma quase total submissão, sendo que agora começam a assumir seu real papel de interlocutores”.

“A esperança — acrescentou — é de que a compreensão do Presidente, diante dos graves danos da medida, termine por revogar definitivamente o decreto”.

Assim, diante do episódio, que classifica como encenação oficial, o Cimi identifica como clara a disputa do poder na atual Governo e permanece preocupado quanto à questão mineral nas áreas indígenas. “pois em pouco tempo não se desarticulará esta máquina tão habilmente montada para realizar a liquidação mineral de nosso território”. Adverte que, na verdade, o que está em jogo não é apenas o território indígena, mas também o subsolo brasileiro, sistematicamente pilhado por grupos nacionais e sobretudo estrangeiros.

Ontem o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou uma nota em que afirma que “as idas e vindas deste decreto, com sua primeira edição em novembro de 83 e a nova, nesta semana, mostram claramente que a correlação de forças neste final de governo Figueiredo está muito frágil. Faz-nos pensar que possivelmente um “acordo